

---

---

# REVISTA TAKA'A

---

---

## **CONECTANDO RAÍZES: A IMPORTÂNCIA DO PROJETO 'AÇÃO SABERES INDÍGENAS' NO CURRÍCULO ESCOLAR**

## **CONNECTING ROOTS: THE IMPORTANCE OF THE 'INDIGENOUS KNOWLEDGE ACTION' PROJECT IN THE SCHOOL CURRICULUM**

Fábio Henrique De Souza Lacerda  
Escola Estadual Boa Esperança – Curvelândia-MT  
<https://orcid.org/0009-0002-8938-6191>  
[fabio.lacerda@unemat.br](mailto:fabio.lacerda@unemat.br)

### **RESUMO**

O artigo destaca a necessidade de integrar os saberes indígenas no contexto educacional como forma de promover uma educação mais inclusiva e respeitosa da diversidade cultural. O objetivo do estudo é analisar como a valorização e integração dos conhecimentos indígenas no currículo escolar contribuem para a preservação da identidade cultural e o fortalecimento das comunidades. O programa “Ação Saberes Indígenas” - ASIE é o intercessor principal deste artigo para realizar as análises. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, envolvendo levantamento bibliográfico e análise de práticas pedagógicas tradicionais dos povos indígenas, com foco na interdisciplinaridade e na relação com o meio ambiente. Compreende-se, ao final, que a inserção dos saberes indígenas no currículo escolar é fundamental para enriquecer o processo educativo, promover a valorização da cultura e história desses povos, e estimular a formação de cidadãos críticos e conscientes da diversidade cultural. A valorização e integração dos saberes indígenas no currículo escolar são essenciais para a preservação da identidade cultural, o fortalecimento das comunidades e a promoção de uma educação mais inclusiva e diversificada, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

**Palavras-chave:** Saberes indígenas, currículo escolar, diversidade cultural, práticas pedagógicas, identidade cultural.

### **ABSTRACT**

The article highlights the need to integrate indigenous knowledge into the educational context as a way of promoting a more inclusive and respectful education for cultural diversity. The objective of the study is to analyze how the appreciation and integration of indigenous knowledge in the school curriculum contributes to the preservation of cultural identity and the strengthening of communities. The “Indigenous Knowledge Action” Project is the main intercessor of this article to carry out the analyses. The research adopts a qualitative approach, involving bibliographical research and analysis of traditional pedagogical practices of indigenous peoples, with a focus on interdisciplinarity and the relationship with the environment. In the end, it is understood that the inclusion of indigenous knowledge in the school curriculum is fundamental to enrich the educational process, promote the appreciation of the culture and history of these peoples, and encourage the formation of critical citizens aware of cultural diversity. The appreciation and integration of indigenous knowledge into the

school curriculum is essential for preserving cultural identity, strengthening communities and promoting a more inclusive and diverse education, contributing to the construction of a fair and egalitarian society.

**Keywords:** Indigenous knowledge, school curriculum, cultural diversity, pedagogical practices, cultural identity.

## INTRODUÇÃO

*[...] somos a continuação de um fio que nasceu muito tempo atrás, vindo de outros lugares, iniciado por outras pessoas, completado, remendado, costurado e continuando por nós. (Munduruku, 2009, p. 16).*

Começamos esse trabalho com uma epígrafe de Daniel Munduruku, que sugere a ideia de continuidade e conexão entre as gerações passadas e presentes. Ela expressa a noção de que cada indivíduo é parte de uma linha temporal mais ampla, influenciada pelas ações, experiências e contribuições das pessoas que vieram antes de nós. O uso de metáforas como "fio", "costurado" e "remendado" sugere que nossa existência e identidade são resultado de um processo contínuo de construção, adaptação e transformação ao longo do tempo, com cada geração contribuindo para a história e cultura que nos constituem hoje.

Desse modo, Munduruku (2009, p.17) questiona sobre “será que nossos educadores conhecem sua ancestralidade? Será que têm conhecimento da história de sua família, sua ascendência?”. Com essa pergunta de Munduruku, questiono: eu como educador sei da minha ancestralidade? São tantos questionamentos, mas consideramos importante, primeiramente, entender o que é ancestralidade.

Oliveira e Santana (2019) definem ancestralidade como uma categoria relacional que envolve a relação com a alteridade, ou seja, com o outro. Destaca que não há ancestralidade sem alteridade, sendo uma forma simbólica que organiza e estrutura as relações em um determinado contexto cultural. Além disso, a ancestralidade é vista como um território de trocas de experiências simbólicas, que permitem a interação entre os parceiros de uma relação. Ela também é associada à inclusão e ao respeito à diversidade, sendo um elemento que conecta o passado, o presente e o futuro dentro de uma experiência cultural e histórica, pois reconhece a importância de valorizar as heranças culturais e históricas de diferentes povos, permitindo que as experiências culturais sejam transmitidas e reinterpretadas ao longo do tempo, contribuindo para a construção de identidades étnicas e para a preservação da memória coletiva.

Sendo assim, vou fazer uma síntese da minha ancestralidade para permear esse trabalho. No dia 13 de novembro de 1999, nasceu um bebê chamado Fábio Henrique, na cidade de Figueirópolis d'Oeste. Eu fui o segundo filho de meus pais e o último, trazendo imensa alegria para minha família. Naquele momento, eu ainda não tinha conhecimento nenhum sobre minha ancestralidade.

À medida que eu fui crescendo, passei meus primeiros anos em uma fazenda no município de Porto Esperidião-MT, onde meus pais trabalhavam para sustentar a família. Aos 7 anos de idade, comecei a descobrir um pouco sobre minhas origens, por meio de minha mãe, Sebastiana, que compartilhava informações sobre minha bisavó, uma mulher guerreira chamada Amélia. Ela era indígena e foi capturada pelos colonizadores locais, passando por um processo de domesticação.

As considerações feitas pelo educador indígena Munduruku ressoam profundamente neste contexto. Que reflete sobre como pouco sabemos das nossas raízes e as lutas que nossos antepassados enfrentaram. Eu imagino os desafios enfrentados por minha bisavó e me comprometo a lutar por ela, buscando conhecer e valorizar sua ancestralidade e contribuir para a causa indígena.

Acompanhando o pensamento de Munduruku, questiono: qual a importância da ancestralidade para o currículo escolar?

Ao incorporar a ancestralidade no currículo escolar, os alunos têm a oportunidade de aprender sobre a história e as tradições de seus antepassados. Isso pode incluir o estudo de eventos históricos importantes, costumes culturais, tradições religiosas, práticas culinárias e muito mais. Ademais, Silva (2016) aborda a influência da herança colonial e questiona como as definições de nacionalidade e "raça" moldadas nesse contexto continuam presentes no currículo oficial.

Ao discutir sobre a influência da herança colonial e as definições de nacionalidade e raça no currículo escolar, é fundamental considerar como esses elementos históricos continuam a impactar a educação e a formação de identidades dos estudantes, bem como, a importância de promover uma abordagem crítica e inclusiva que reconheça a diversidade e a complexidade das experiências culturais e históricas. Portanto, este relato pessoal alimenta uma reflexão sobre a minha infância.

Ressalto, como já dito anteriormente, que este artigo destaca a relevância do programa “Ação Saberes Indígenas na Escola” para a construção de um currículo mais inclusivo e

diversificado. Eu sei que não tive a oportunidade de aprender diretamente com minha bisavó sobre sua cultura, e destaco a importância desse trabalho para revitalizar e transmitir esses conhecimentos através do currículo escolar.

O problema de pesquisa deste trabalho é a seguinte questão: Como a valorização e integração dos saberes indígenas no currículo escolar podem contribuir para a preservação da identidade cultural?

O artigo apresentado é de cunho qualitativo envolvendo levantamento bibliográfico sobre o tema voltado para o currículo escolar na cultura indígena. Isto se deve ao procedimento que vamos utilizar, como por exemplo, mostrar um breve contexto sobre o programa “Ação Saberes Indígenas na Escola” e sobre o currículo na cultura indígena e, para isso, nos respaldaremos em referências bibliográficas como livros, revistas e artigos. Como esclarece Praça (2015), entendemos que a pesquisa bibliográfica é aquela que busca os resultados baseada em materiais já publicados, como por exemplo, livros, periódicos, dentre outros.

A pesquisa adotou uma abordagem que se inicia pelo enfoque qualitativo, conforme preconizado por Minayo (2012). Este método, reconhecido por sua ênfase na compreensão profunda do objeto de estudo, a partir das perspectivas e experiências dos sujeitos envolvidos, revela-se, especialmente, relevante para nosso trabalho sobre o currículo na cultura indígena.

### **Contextualização do programa ação saberes indígenas na escola**

O programa “Ação Saberes Indígenas na Escola”, foi estabelecido pela Portaria nº1.061 de 30 de outubro de 2013. Trata-se de uma iniciativa em rede de alcance nacional desenvolvida pelo Ministério da Educação (MEC) e criada pela extinta Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), contando com a colaboração de várias universidades do país. Seus objetivos centrais incluem a capacitação contínua de professores/as indígenas e a produção de materiais didáticos e complementares em uma linguagem específica e adaptada. Em âmbito nacional, o programa é composto por 10 redes e 25 núcleos, oferecendo oportunidades de aprimoramento para um total de 5.840 participantes, dos quais 5.234 são professores/as cursistas provenientes de 293 comunidades indígenas, englobando 89 povos distintos, 13 Territórios Étnicos Educacionais (TEE's), 309 Escolas Indígenas e 81 línguas diversas.

No Estado de Mato Grosso, o programa teve início em 2017, com a participação das seguintes instituições: a UFMT como proponente principal, em conjunto com a UNEMAT (Campi de Sinop, Juara e Barra do Bugres), o IFMT de Cuiabá, a SEDUC, por meio do CEFAPRO de Cuiabá, Barra do Garças, Tangará da Serra, e as Assessorias Pedagógicas de Porto Esperidião, Santo Antônio de Leverger, Sapezal e Sinop. O programa atende a dez etnias, formando o polo de Mato Grosso, que incluem: Terena, Apiaká, Kayapó, Kayabi/Kawaiwete, Munduruku, Bororo, Chiquitano, Nambikwara, Paresi e Umutina. A equipe da UNEMAT, no polo de Sinop, oferece assistência aos povos Terena, Apiaká, Kayabi/Kawaiwete, Kayapó e Munduruku.

O objetivo principal do programa “Ação Saberes Indígenas na Escola” é promover o reconhecimento e valorização dos conhecimentos locais, dando prioridade às sabedorias enraizadas na cultura dos povos que vivem há muito tempo no Brasil. Esses detentores de saberes estão em perigo de desaparecer ao longo do tempo, e o propósito deste programa é evitar que isso aconteça, servindo como meio para introduzir e disseminar esses conhecimentos no ambiente escolar. Assim sendo, cumpre indagar: quais são as ações efetivamente executadas pelo programa “Ação Saberes Indígenas na Escola” para contribuir de forma significativa junto às comunidades indígenas?

Ele tem se destacado por suas ações concretas e efetivas no fortalecimento das comunidades indígenas. Primeiramente, uma das principais ações é a valorização e preservação dos saberes tradicionais. Isso se materializa em oficinas, cursos e encontros que promovem a troca de experiências e a revitalização das práticas culturais ancestrais. Na sua obra de 2020, Moreira conduz a contribuição do programa ASIE, enfocando a elaboração de materiais didáticos específicos destinados aos anos iniciais de alfabetização. Esse projeto desempenha um papel fundamental no aprimoramento da aprendizagem dos alunos, enquanto simultaneamente fortalece a preservação da cultura e dos conhecimentos tradicionais nas práticas pedagógicas.

Moreira (2020) também destaca o fortalecimento das práticas pedagógicas dos professores indígenas. Isso envolve iniciativas como a retomada e a valorização da língua originária, a elaboração de materiais didáticos específicos e a promoção de encontros com a participação da comunidade para discutir os saberes a serem trabalhados na escola. Essas ações demonstram o impacto positivo do programa “Ação Saberes Indígenas” na promoção

da educação intercultural, no fortalecimento das práticas pedagógicas e na valorização dos saberes tradicionais nas comunidades indígenas atendidas (AZINARI, 2022).

### **Enriquecimento do currículo escolar com saberes indígenas**

*Se, por um lado, é o currículo que dá a sustentação epistemológica às práticas espaciais e temporais que se efetivam continuamente na escola, por outro lado, são as práticas que dão materialidade e razão de ser ao currículo (Veiga-Neto, 2002, p.172).*

O currículo atua como a espinha dorsal epistemológica, oferecendo a base teórica e conceitual para as atividades educacionais na escola. Em essência, ele estabelece os fundamentos que orientam as práticas no espaço e no tempo escolar. Por outro lado, as práticas educacionais conferem tangibilidade e propósito ao currículo. É por meio da implementação prática do currículo que ele adquire vida e relevância para alunos e professores. Esta interação dinâmica entre currículo e práticas educacionais é crucial, pois destaca a necessidade de uma abordagem integrada na educação. É essa harmonia entre teoria e aplicação que assegura uma experiência educacional significativa e eficaz para todos os envolvidos no processo de aprendizagem.

Inserir os conhecimentos indígenas no currículo escolar é crucial para promover uma educação que valorize a diversidade cultural, tornando-a mais inclusiva, plural e respeitosa. De acordo com Luciano (2006), comparação entre os processos educativos tradicionais dos povos indígenas e a educação escolar oferecida pelo Estado brasileiro, evidenciando a importância de a escola conhecer, respeitar e valorizar as práticas pedagógicas tradicionais dos povos indígenas para evitar o enfraquecimento ou desaparecimento de suas culturas. Nesse contexto, é indispensável que o Estado priorize produzir materiais didáticos que sejam realmente voltados para a comunidade indígena e não somente coisas que sejam fora do contexto, mas que estejam interligadas.

Sendo assim, é necessário que os costumes, culinária, cosmologia dos indígenas estejam integrados no currículo escolar, para que isso não fique perdido pelo tempo, pois cada população indígena tem saberes próprios de sua comunidade. Luciano (2006), destaca a necessidade de compreender, respeitar e apreciar os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, com o objetivo de fomentar a diversidade cultural, e incorporar tais saberes nas práticas educacionais. Esses saberes são essências para que uma comunidade continue

aprendendo coisas que são fora do seu contexto, para que possam lutar utilizando os saberes aprendidos para assegurar aquilo que seja o melhor para sua comunidade.

Conforme Munduruku (2009, p. 29), “os povos indígenas têm uma coisa em comum, uma mensagem de amor pela Mãe terra, de apego às raízes ancestrais transmitidas pelos rituais; um profundo respeito pela natureza”. Desse modo, Munduruku expressa em seus livros que desde a infância a criança aprende a ter respeito pela natureza (2009, p. 29), “todo aprendizado de respeito à natureza é transmitido desde o nascimento”, isso sugere que o respeito pela natureza é uma parte essencial da nossa identidade e consciência como seres humanos.

Existem algumas maneiras de abordar esse tema, desde incorporar conteúdo específicos sobre ecologia e conservação ambiental em disciplinas como ciências e geografia, até promover atividades práticas ao ar livre que incentivem o contato direto com a natureza. Além disso, é importante considerar a inclusão de práticas interdisciplinares que integrem conhecimentos tradicionais indígenas, como os rituais mencionados por Munduruku, com os conteúdos curriculares. Isso pode ser feito por meio de projetos educacionais que valorizem e respeitem as diferentes formas de conhecimento e relação com o meio ambiente. É possível discorrer sobre a interdisciplinaridade, a partir dos exemplos do educador brasileiro Paulo Freire (1996), que enfatiza a importância de uma abordagem interdisciplinar e contextualizada na educação, que valorize a relação dos estudantes com seu ambiente e promova uma consciência crítica sobre questões sociais e ambientais.

A interdisciplinaridade se complementa com a mãe natureza, ao reconhecer a complexidade e interconexão de diferentes áreas do conhecimento, assim como a complexidade e interdependência dos sistemas naturais.

Os indígenas têm uma gratidão muito grande pela Mãe natureza e essa é uma potência que deve estar incluída no currículo para agregação da cultura. Diante disso, pode-se exemplificar os conceitos propostos por Munduruku (2009, p. 32), “a gratidão que os indígenas dançam e cantam, se enfeitam e se pintam em todos os momentos de sua vida: para imitar a beleza da natureza expressa em seus seres vivos e na alma deles”. Tudo isso tem um significado profundo, uma história por trás das pinturas e danças, que constituem uma primícia de conhecimentos transmitidos pelos antecessores.

Essas formas de expressão artística não apenas refletem a cultura e os valores de uma sociedade, mas também, servem como uma ponte para o entendimento do passado e a

preservação da identidade cultural. Luciano (2006) destaca a necessidade de fortalecer a identidade dos povos indígenas e de promover a valorização de suas culturas e tradições, incluindo a língua, a terra e os rituais das cerimônias.

Dessa maneira, o programa “Ação Saberes Indígenas na escola” possibilita às comunidades indígenas de inserirem práticas pedagógicas voltados para a sua realidade cultural por meio de materiais didáticos. Cada etnia indígena tem a sua maneira de contagem, pintura, grafismo e isso pode ser inserido nos materiais produzidos pelo projeto e inserir isso na sua própria língua. Conforme Xerente (2017, p.83),

“Saberes Indígenas na Escola” nos trouxe a oferta de transformar e construir uma educação escolar de qualidade para os povos indígenas com uma concepção que venha ao encontro de nossa identidade, conhecimentos próprios e autonomia, garantindo a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem nos termos da educação para todos.

A intenção é transformar e construir um modelo educacional que esteja alinhado com a identidade, conhecimentos específicos e autonomia desses povos. O objetivo é atender às necessidades básicas de aprendizagem, seguindo os princípios da educação para todos, proporcionando, assim, uma educação que respeite e integre a cultura e os saberes indígenas.

### **Educação intercultural nas escolas indígenas**

*Chegam mansos, pelo grande paranã através de igaras gigantes empurradas pelo vento. Ainda vão demorar para chegar em nosso lugar, mas não na terra dos papagaios. Nossos parentes de lá serão enganados e os receberão com alegrias até descobrirem que vão virar escravos. Será o fim deles (Munduruku, 2018, p.121).*

Iniciamos esta seção com uma epígrafe de Daniel Munduruku, extraída de seu livro intitulado "O Karaíba: uma história do Pré-Brasil". Nesta obra, Munduruku apresenta uma narrativa ficcional que antecede a chegada dos portugueses ao Brasil. Embora os eventos descritos neste livro não sejam corroborados por registros escritos, somos conduzidos a exercitar nossa imaginação por meio das gravuras encontradas em cavernas. O Karaíba<sup>1</sup> já previa que tempos difíceis estavam por vir e que grandes navegações estavam para chegar no litoral Brasileiro.

Agora voltando para uma história não fictícia e sabendo do que aconteceu no século XV, com a chegada dos Portugueses no Brasil, vimos que o senhor Karaíba não estava errado.

---

<sup>1</sup> Karaíba é um nome de origem Tupi-Guarani, que significa "homem forte", "homem valente" ou "homem sábio".



Junto com os portugueses também vieram os jesuítas, com o objetivo de catequizar os indígenas e “educar” e explorar sobre os aspectos geográficos.

Nessa perspectiva, Pesovento, Sá e Silva (2012, p. 23) argumentam que “Mais do que catequizar e educar, a missão jesuítica colheu almas para a fé cristã, desestruturou modos de vida tradicionais, incorporando à sociedade envolvente diversos povos”. Desse modo, a propagação do cristianismo, por meio dos jesuítas, muitas vezes, resultavam na mudança ou destruição nos modos de vida tradicionais das populações nativas. Assim, poderia interferir nas mudanças dos sistemas sociais e culturais dos povos indígenas.

Sendo assim, hodiernamente um dos principais objetivos das escolas indígenas é ir contra uma visão colonizadora e isso se dá por meio do currículo e de projetos. Nesse contexto, surge a interculturalidade que vem, sobretudo, para quebrar aquilo que era forjado pelos colonizadores, ou seja, fazer os indígenas perderem os seus costumes e fazer valer apenas o que era ensinado pelos jesuítas, pois a interculturalidade é aprender a cultura do outro, sem necessitar abster da sua cultura ou identidade. Vale destacar o que diz Jardim (2019, p. 05), que “a cultura indígena e seu modo de vida fazia parte do processo de ensino aprendizagem, o índio não precisa deixar de ser índio para estudar, não precisa abandonar sua língua materna, suas vestes, sua identidade”. Isso mostra que os indígenas não precisam mudar o seu jeito de ser para fazerem parte do ensino educacional. Além disso, Zóia e Mendes (2020, p. 06), exemplifica como a interculturalidade está presente nas escolas indígenas:

Pode-se observar, durante a pesquisa de campo, na Escola Indígena Estadual Tancredo Neves (2016), as práticas pedagógicas de uma professora e de um professor, que são da etnia Paiter Suruí. Esses lecionam às crianças do ensino fundamental primeiro seguimento e em suas práticas há o ensino escrito da Língua Materna, além da Língua Portuguesa, também foi possível observar o compromisso dos professores em transmitir as narrativas mitológicas da cultura Paiter aos alunos.

Desse modo, a escola promove uma educação intercultural e valoriza a cultura e língua materna dos alunos. Eles lecionam não apenas em língua portuguesa, mas também na língua materna, demonstrando um esforço em preservar e transmitir os conhecimentos tradicionais e narrativas mitológicas da cultura Paiter aos alunos. Essa prática pedagógica contribui para fortalecer a identidade cultural dos estudantes indígenas e promover a interculturalidade no ambiente escolar.

### **Considerações finais**

Nas considerações finais deste estudo, fica evidente a importância fundamental da valorização e integração dos saberes indígenas no currículo escolar como um caminho para a preservação da identidade cultural, o fortalecimento das comunidades e o enriquecimento da educação de forma mais inclusiva e diversificada. Ao reconhecer e respeitar os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, as instituições de ensino podem contribuir significativamente para a promoção da diversidade cultural e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A inserção dos saberes indígenas no currículo escolar não apenas enriquece o processo educacional, mas também, promove a valorização da cultura e história desses povos, retomando e preservando tradições ancestrais que são essenciais para a identidade de cada comunidade. Ao integrar esses conhecimentos, as escolas possibilitam que os estudantes tenham acesso a uma educação mais ampla e contextualizada, que reflete a pluralidade cultural presente em nosso país.

Além do mais, a inclusão dos saberes indígenas no ambiente escolar contribui para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes, capazes de compreender e respeitar a diversidade cultural e étnica que compõe a sociedade brasileira. Essa abordagem pedagógica, não apenas promove a valorização das culturas tradicionais, mas também estimula o diálogo intercultural e o respeito mútuo entre diferentes grupos étnicos.

É fundamental ressaltar que a implementação efetiva dos saberes indígenas no currículo escolar requer um compromisso contínuo por parte das instituições de ensino, dos educadores e da sociedade em geral. É necessário garantir a formação adequada dos professores, o desenvolvimento de materiais didáticos contextualizados e o respeito às especificidades de cada comunidade indígena, a fim de promover uma educação verdadeiramente inclusiva e respeitosa.

Em suma, a valorização e integração dos saberes indígenas no contexto educacional não apenas enriquecem o processo de ensino-aprendizagem, mas também, contribuem para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e culturalmente diversa. Ao reconhecer e celebrar a riqueza das tradições indígenas, estamos não apenas fortalecendo as comunidades e preservando suas identidades, estamos também promovendo um ambiente educacional mais enriquecedor e acolhedor para todos os estudantes.

## Referências

- AZINARI, Amanda Pereira da Silva. Interculturalidade e o desenvolvimento profissional docente no contexto das diferenças culturais. **Revista da Faculdade de Educação**, [S. l.], v. 38, n. 2, p. 59–74, 2022. DOI: 10.30681/21787476.2022.38.5974. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/10991>. Acesso em: 11/03/2023.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 39. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- JARDIM, Fernanda Ojeda. **Educação Escolar Indígena: Interculturalidade e Aspectos Históricos**. In: IV Seminário formação docente; Intersecção entre universidade e escola; “Educação Pública em Tempos de Reformas”. Dourados- M, de 09 a 11 de setembro de 2019.
- LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: LACED/Museu Nacional, 2006.
- MINAYO, M. C. S. (2012). **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626.
- MOREIRA, Rosângela Gomes. **Ação Saberes Indígenas na Escola: Contribuições da ASIE para as Comunidades Apiaká, Kayabi/Kawaiwete, Munduruku, Kayapó e Terena- Rede UFMT/Polo de Sinop**. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres-MT, 2020
- MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses: conversa sobre as origens da cultura brasileira**/ Daniel Munduruku; ilustrações Mauricio Negro. 2.ed. – São Paulo: Global ,2009.
- MUNDURUKU, Daniel. **O Karaíba: uma história do pré-Brasil**/ Daniel Munduruku; ilustrações Mauricio Negro. -São Paulo: Editora Melhoramentos, 2018. ISBN 978-85-06-08319-2
- OLIVEIRA, V. S.; SANTANA, M. **Ancestralidades, identidade étnica e etnicidades no centro da resistência**. *ODEERE – Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade*, Volume 4, número 8, Julho - Dezembro de 2019. ISSN: 2525-4715.
- PESOVENTO, Adriane. **História da educação indígena e colonialidade**/ Adriane Pesovento, Nicanor Palhares Sá, Sandra Jorge Da Silva. – Cuiabá; EdUFMT, 2012.
- PRAÇA, Fabíola Silva Garcia. **Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão** - 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. S586d **Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo**/ Tomaz Tadeu da Silva. -3. ed.; 8. reimp. -Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. 156 p. ISBN 978-85-86583-44-5

VEIGA-NETO, A.. (2002). **De geometrias, currículo e diferenças**. *Educação & Sociedade*, 23(79), 163–186. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300009>

XERENTE, C. K. **SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA. Articulando e Construindo Saberes**, Goiânia, v. 2, n. 1, 2017. DOI: 10.5216/racs.v2i1.48999. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/48999>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ZOIA, Alceu; MENDES, Matilde. **Alguns aspectos da luta pela efetivação do direito à autodeterminação do povo indígena paiter suruí: a educação, a cultura e a terra**. *Revista da Faculdade de Educação*, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 247–268, 2020. DOI: 10.30681/21787476.2020.33.247268. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/4794>. Acesso em: 24 mar. 2024.

## Histórico

Submetido: 02 de abril de 2024.

Aprovado: 17 de abril de 2024.

## Licença de Uso

Licenciado sob Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Porém, não permite adaptar, remixar, transformar ou construir sobre o material, tampouco pode usar o manuscrito para fins comerciais. Sempre que usar informações do manuscrito deve ser atribuído o devido crédito de Autoria e publicação inicial neste periódico.

